Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

O.E. Setubal S.A.

CNPJ nº 61.074.456/0001-90

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas. São Paulo, 25 de Abril de 2023. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em R$ 1,00)*

ATIVO	2022	2021
CIRCULANTE (Nota 2.2)		
Caixa e Equivalentes de Caixa	136.565	182.434
Ativos Financeiros	4.597.875	2.971.913
Juros sobre Capital Próprio a Receber	1.023	2
Tributos a Recuperar	621.642	287.297
Demais Ativos Circulantes	22.936	30.508
	5.380.041	**3.472.154**
NÃO CIRCULANTE		
Demais Ativos Não Circulantes	154.626	429.750
Investimentos	1.172.764	1.377.020
Imobilizados	8.818.562	8.842.770
Intangíveis	4.012	1.130
	10.149.964	**10.650.670**
TOTAL DO ATIVO	**15.530.005**	**14.122.824**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021
CIRCULANTE		
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar (Nota 2.3)	200.754	–.–
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	3.348	2.045
Créditos de Acionistas	1.975.903	1.280.740
Dividendos a Pagar	9.606	–.–
Demas Passivos Circulantes	7.175	2.789
TOTAL DO PASSIVO	**2.196.786**	**1.285.574**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 2.4)	12.837.250	12.837.250
Reservas de Lucros:		
Legal	25.279	–.–
Especial	470.690	–.–
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**13.333.219**	**12.837.250**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15.530.005**	**14.122.824**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em R$ 1,00)*

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Especial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de Janeiro de 2021	**13.550.027**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**13.550.027**
Prejuízo do Exercício	–.–	(712.777)	–.–	–.–	–.–	**(712.777)**
Redução de Capital com Absorção dos Prejuízos	(712.777)	712.777	–.–	–.–	–.–	–.–
Em 31 de dezembro de 2021	**12.837.250**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**12.837.250**
Lucro Líquido do Exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	505.575	**505.575**
Distribuição de Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	(9.606)	**(9.606)**
Constituição da Reserva Legal	–.–	–.–	25.279	–.–	(25.279)	–.–
Destinação para Reserva Especial	–.–	–.–	–.–	470.690	(470.690)	–.–
Em 31 de dezembro de 2022	**12.837.250**	**–.–**	**25.279**	**470.690**	**–.–**	**13.333.219**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em R$ 1,00)*

	2022	2021
Receitas Operacionais	**1.244**	**5.527**
Despesas Gerais e Administrativas	(1.101.724)	(951.046)
Tributos	(134.950)	(15.800)
Prejuízo Operacional	**(1.235.430)**	**(961.319)**
Receitas Financeiras (Nota 3)	1.702.556	333.160
Despesas Financeiras (Nota 3)	(124.575)	(86.475)
Outras Receitas e Despesas	363.778	1.857
Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**706.329**	**(712.777)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(200.754)	–.–
Lucro / Prejuízo Antes da Reserva	**505.575**	**(712.777)**
Dividendos	(9.606)	–.–
Constituição da Reserva Legal	(25.279)	–.–
Lucro Líquido / Prejuízo do Exercício	**470.690**	**(712.777)**
Lucro por Ação (Nota 2.5)	**0,6724**	**–.–**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em R$ 1,00)*

	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	706.329	(712.777)
Ajustes		
Depreciação e Amortização	27.358	27.869
Ativos Financeiros		
Receita	(411.077)	(237.763)
Despesa	62.395	24.422
	(321.324)	(185.472)
Variações nos Ativos e Passivos		
Juros sobre Capital Próprio a Receber	(1.021)	858
Tributos a Recuperar	(334.345)	145.496
Demais Ativos Circulantes	7.572	(8.423)
Demais Ativos Não Circulantes	275.124	(43.778)
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	1.303	1.215
Demais Passivos Circulantes	4.386	1.013
	(46.981)	96.381
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais	**338.024**	**(801.868)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Variação nas Aplicações Financeiras	(1.277.280)	436.056
Baixa de Investimentos	208.895	–.–
Bonificação de Ações	(4.639)	(1.857)
Aquisição / Baixa de Imobilizados	(1.446)	(1.271)
Aquisição de Intangíveis	(4.586)	(2.260)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	**(1.079.056)**	**430.668**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Créditos de Acionistas	695.163	327.658
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	**695.163**	**327.658**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(45.869)**	**(43.542)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	182.434	225.976
No Final do Exercício	136.565	182.434
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(45.869)**	**(43.542)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em R$ 1,00)*

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A O.E. Setubal S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação em capitais de outras Sociedades e a administração de seus próprios bens de renda, móveis ou imóveis.

2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

2.1 - Determinação do Resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

2.2 - Ativos Circulantes: Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Os Ativos Financeiros estão demonstrados pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço.

Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

2.3 - Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar: O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do Balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela O. E. Setubal S.A. nas declarações de imposto de renda com relação as situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento as autoridades fiscais.

2.4 - Capital Social: Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social da O.E. Setubal S.A., totalmente subscrito e integralizado é de R$ 12.837.250 (2021 - R$ 12.837.250), representado por 700.000 ações ordinárias (2021 - 700.000), sem valor nominal, obrigatoriamente nominativas.

2.5 - Lucro por Ação: O Lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade de ações ordinárias durante o exercício.

3 - RECEITAS E DESPSAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações	411.077	237.763
Variação Monetária Ativa	1.242.978	32.738
Variação Cambial Ativa	48.276	62.446
Descontos Obtidos	225	213
	1.702.556	**333.160**
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(13.770)	(8.710)
Prejuízo de Aplicação	(48.625)	(15.712)
Variação Cambial Passiva	(62.1800	(62.053)
	(124.575)	**(86.475)**

Abel Pinto Martins - TC - CRC 1SP076.138/O-0

Jornal O DIA SP

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades Médicas - UNICA

CNPJ 66.518.267/0034-41

Balanço Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

Ativo	Notas	2022
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	4	3.240.407,82
Adiantamentos a Empregados	5	31.856,09
Adiantamentos para Despesas		600,00
Impostos Recuperáveis		1.860,83
Créditos de Contrato de Gestão	6	963.562,96
Estoques	7	66.178,09
Despesas Antecipadas		8.035,12
		4.312.500,91
Ativo Não Circulante		
Imobilizado	8	67.294,41
Intangível	9	91,11
		67.385,52
Total do Ativo		**4.379.886,43**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2022
Passivo Circulante		
Fornecedores		396.211,18
Obrigações Trabalhistas	10	216.731,02
Obrigações Sociais e Fiscais	11	138.993,67
Contas a Pagar		15.763,67
Provisões para Férias e Encargos		379.952,31
		1.147.651,85
Passivo Não Circulante		
Bens Públicos em nosso poder	12	67.385,52
		67.385,52
Patrimônio Líquido		
Superávit do Exercício	25	251.243,63
Transferências Patrimoniais		2.913.605,43
		3.164.849,06
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**4.379.886,43**

Demonstração dos Resultados do Período Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

	Notas	2022
Receitas Líquidas	**13**	**10.875.554,65**
Contratos de Contratos de Gestão	14	10.891.451,22
Realização de Bens Públicos em nosso poder		15.447,42
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(31.343,99)
Custos		**(9.526.999,64)**
Pessoal e Reflexo	16	(4.261.907,26)
Serviços Terceirizados	17	(5.127.885,52)
Medicamentos e Materiais de Consumo	18	(137.206,86)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	23	(1.043.636,44)
(-) Isenção da CPP Usufruída	23	1.043.636,44
(=) Resultado Bruto		**1.348.555,01**
Despesas		**(1.399.125,00)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(491,11)
Despesas Gerais	19	(1.398.633,89)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		**3.749,98**
Outras Receitas		3.749,98
(=) Resultado Antes das Rec/Desp Financeiras		**(46.820,01)**
Resultado Financeiro	**15**	**298.063,64**
Receitas Financeiras		301.240,02
(-) Despesas Financeiras		(3.176,38)
Superávit Do Exercício	**25**	**251.243,63**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

	Superávit Acumulado	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**-**	**-**	**-**
Transferências Patrimoniais	-	2.913.605,43	2.913.605,43
Superávit do Exercício	251.243,63	-	251.243,63
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**251.243,63**	**2.913.605,43**	**3.164.849,06**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

	2022
Atividades Operacionais	
Superávit do Exercício	251.243,63
(Aumento) Redução do Ativo	
Adiantamentos a Empregados	(31.856,09)
Adiantamentos para Despesas	(600,00)
Impostos Recuperáveis	(1.860,83)
Créditos com Contrato de Gestão	(963.562,96)
Estoques	(66.178,09)
Despesas Antecipadas	(8.035,12)
Aumento (Redução) do Passivo	
Fornecedores	396.211,18
Obrigações Trabalhistas	216.731,02
Obrigações Sociais e Fiscais	138.993,67
Provisões para Férias e Encargos	379.952,31
Outras Obrigações	15.763,67
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**326.802,39**
Atividades de Investimento	
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(31.343,99)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(31.343,99)**
Atividades de Financiamento	
Recebimento de numerário para aquis. de Imobilizado	31.343,99
Incorporação ao Patrimônio Líquido	2.913.605,43
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**2.944.949,42**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**3.240.407,82**
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Disponibilidades no Início do Exercício	-
Disponibilidades no Final do Exercício	3.240.407,82
Variação Líquida nas Disponibilidades	**3.240.407,82**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes** o **Contrato de Gestão nº 67/2018**, com prazo de vigência de 36 meses, visando a operacionalização, apoio e execução do gerenciamento das atividades e serviços de saúde na **Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades Jundiapeba – UNICA – Dr. Arthur Domingo Fais**. Em 12/08/2021 foi assinado o 3º Termo Aditivo prorrogando o prazo de vigência do contrato por 6 meses, de 13/08/2021 à 12/02/2022. Em 07/02/2022 foi assinado o 6º Termo Aditivo prorrogando o prazo de vigência do contrato por 12 meses, de 13/02/2022 à 12/02/2023. Em 25/11/2022 foi assinado o 8º Termo Aditivo visando a implementação de equipe técnica de operacionalização para atendimento de demanda e, operacionalização de exames, nas seguintes unidades: Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades de Jundiapeba – UNICA, UNICA Fisioterapia, Unidade Básica Vila Suíssa e Unidade Básica Jundiapeba. Visando a segregação das atividades que até o exercício de 2021 vinham sendo prestadas e registradas de forma consolidada no CNPJ nº 66.518.267/0010-74, a partir do exercício de 2022, a **Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades - UNICA** foi constituída como filial através do **CNPJ nº 66.518.267/0034-41**, passando a ter suas informações financeiras reconhecidas de forma segregada de outros contratos que o **CEJAM** mantém com a **Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes**. Este ajuste foi contemplado no 7º Termo Aditivo, assinado em 19/04/2022. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade. **2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros: ● Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. **● Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **● Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. **3.b) Imobilizado: ● Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **● Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas anteriormetne definidas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: **● Benfeitorias:** 25 anos; **● Instalações:** 10 anos; **● Máquinas e equipamentos:** 10 anos; **● Equipamentos de uso médico:** 10 anos; **● Aparelhos e instrumentos de uso médico:** 10 anos; **● Equipamentos de informática:** 5 anos; **● Móveis e utensílios:** 10 anos; **● Veículos:** 5 anos. **3.c) Intangível: ● Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): ● Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2022
Banco do Brasil S.A.	3.240.407,82
	3.240.407,82

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit do exercício aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). **5. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS**

	2022
Adiantamentos de Férias	31.856,09
	31.856,09

6. CRÉDITOS DE CONTRATOS DE GESTÃO

	2022
Contrato de Gestão nº 67/2018 (UNICA)	1.284.750,61
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(321.187,65)
	963.562,96

Por deliberação de sua diretoria, a Entidade está provisionando como perda por crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo a receber da Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes, o montante considerado como suficiente para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização do contas a receber. **7. ESTOQUES**

	2022
Materiais de Laboratório / Reagentes	14.123,38
Medicamentos	10.567,58
Materiais Médico / Hospitalar	7.167,88
Materiais de Expediente / Escritório	23.538,43
Materiais de Manutenção	1.225,67
Materiais de Informática	143,76
Materiais de Limpeza e Descartáveis	1.628,00
Materiais de EPI e EPC	231,00
Utensílios de Copa	2.295,41
Peças e Acessórios	4.470,94
Utensílios Diversos	760,34
Tecidos, Aviamentos e Armarinhos	25,70
	66.178,09

8. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	Taxa	2022
Instalações	10%	350,00
Máquinas e Equipamentos	10%	8.719,44
Equipamentos de Uso Médico	10%	177.185,85
Aparelhos e Inst. de Uso Médico	10%	22.862,00
Equipamentos de Informática	20%	8.836,00
Móveis e Utensílios	10%	26.168,14
(-) Depreciação Acumulada		(176.827,02)
		67.294,41

Conforme preceituado no Contrato de Gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. INTANGÍVEL

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	Taxa	2022
Direitos de Uso de Sistemas	20%	3.133,94
(-) Amortização Acumulada		(3.042,83)
		91,11

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2022
Salários a Pagar	216.731,02
	216.731,02

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2022
INSS a Recolher	27.123,72
FGTS a Recolher	34.695,11
IRRF a Recolher	43.978,57
IRRF Retido de PJ a Recolher	4.473,60
IRRF Retido de Autônomos a Recolher	516,60
CSRF a Recolher	11.502,66
INSS Retido de PJ a Recolher	9.226,58
ISS Retido de PJ a Recolher	2.884,69
ISS Retido de Autônomos a Recolher	551,60
INSS Retido de Autônomos a Recolher	4.040,54
	138.993,67

12. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 67.385,52 em 2022, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do Contrato de Gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **13. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos. **14. RECEITAS COM CONVÊNIOS**

	2022
Contrato de Gestão 67/2018	10.891.451,22
	10.891.451,22

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	301.239,91
Descontos Obtidos	0,11
(-) Tarifas Bancárias	(2.000,55)
(-) Juros e Mora Comerciais	(138,16)
(-) Imposto sobre Aplic. Financeiras	(0,87)
(-) IOF	(0,16)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(1.036,64)
	298.063,64

16. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO

	2022
Remunerações	3.660.768,13
Benefícios	288.079,45
Encargos Sociais	313.059,68
	4.261.907,26

17. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2022
Serviços Assistenciais- Pessoas Jurídicas	3.308.960,99
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	1.536.516,48
Serviços Assistenciais – Pessoas Físicas	282.408,05
	5.127.885,52

18. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2022
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	65.175,08
Materiais de Consumo	52.554,29
Materiais de Conservação e Reparos	9.676,73
Outros Materiais e Insumos	9.800,76
	137.206,86

19. DESPESAS GERAIS

	2022
Contas de Consumo	
Aluguéis	337.338,88
Administrativas	713.222,98
Bens não Imobilizado	1.599,80
Outras Despesas Gerais	346.472,23
	1.398.633,89

20. COBERTURAS DE SEGUROS A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **21. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **22. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**. **23. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)** A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 1.043.636,44 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

	2022
Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	987.154,84
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	56.481,60
	1.043.636,44
(-) Isenção Usufruída:	
(-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	(987.154,84)
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por Pessoas Físicas	(56.481,60)
	-

24. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL) Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **25. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO** O Superávit do Exercício de 2022 foi de R$ 251.243,63.

Mogi das Cruzes, 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA	CONTADOR
Dr. Mário Santoro Junior – Gerente de Desenvolvimento Institucional	**Alexandre Papi** - CRC 1SP130223/O-3

"Relatório Anual - 2022 - Janeiro a Dezembro - Dados consolidados"

Unidade Clínica Ambulatorial (UNICA)
UNICA Jundiapeba

Indicador	1º Semestre – Meta	1º Semestre – Realizado	2º Semestre – Meta	2º Semestre – Realizado
Número de Consultas Realizadas	15.474	15.568	11.910	11.800
Número de Exames Realizados	9.894	9.815	10.643	10.541
"Número de Procedimentos e Cirurgias Realizadas"	1.992	1.913	1.918	1.794
Número de Atendimentos Equipe Multiprofissional	5.773	5.669	5.733	5.677
Odontologia Cirúrgica	1.125	845	1.053	1.046
Número de Consultas Odontológicas Realizadas	1.500	1.961	1.404	2.233
Altas Ambulatoriais	1.557	2.346	1.181	1.620

Fonte: Produção Diária | Metas Contratuais

Unidade Clínica Ambulatorial (UNICA)
UNICA Fisioterapia e Reabilitação "Dr. Aristides Cunha Filho"

Indicador	1º Semestre – Meta	1º Semestre – Realizado	2º Semestre – Meta	2º Semestre – Realizado
Atendimentos Fisioterápicos Realizados	7.968	7.663	7.488	8.183
"Atendimentos em Orientação Nutricional"	1.572	1.438	1.464	1.439
"Atividade Física / Academia e Dança"	1.121	770	1.044	1.122
Atividade Aquática / Hidroginástica	996	821	928	893

Fonte: Produção Diária | Metas Contratuais

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis Examinamos as demonstrações contábeis do **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" - UNIDADE CLÍNICA AMBULATORIAL DE ESPECIALIDADES MÉDICAS - UNICA**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 10 de abril de 2023.
AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP- 024298/O-3
Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior Contador
CRC/RS "S"- SP- 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04